

Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO

Ofício Nº 324/2014

São Jerônimo, 20 de novembro de 2014.

Exmo. Sr.

Artur dos Santos.

Presidente Câmara de Vereadores

São Jerônimo – RS

Prezado Senhor.

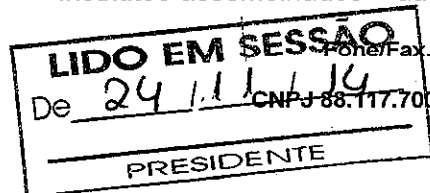
Apraz-me cumprimentar Vossa Excelência, bem como aos demais membros desta Colenda Câmara de Vereadores, ao mesmo tempo que remeto-lhes ao Projeto de Lei em anexo que trata da Concessão de Uso de Equipamento, por parte das Associações Rurais do Município de São Jerônimo.

Conforme é de seu conhecimento, o Executivo Municipal, vem revelando grande esforço às atividades rurais, daí, a necessidade de parceria com as mesmas.

Sendo assim, em um primeiro momento, a solução que parecia mais razoável seria a formalização de convênios. Contudo, após várias reuniões, deparou-se com uma dificuldade intransponível, ou seja, as Associações não conseguiram preencher os requisitos legais, para formalização daqueles convênios.

Entretanto, o Executivo não desistiu e desta forma concluiu pela possibilidade em conceder uso de determinados equipamentos às associações, sujeitos à fiscalização do Poder Público Municipal.

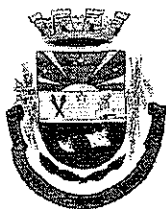
Assim que, é oportuno ressaltar o que diz Hely Lopes Meirelles, em seu Direito Administrativo Brasileiro, 16ª edição págs. 319: “ Concessão de uso de bem público é contrato administrativo pelo qual o Poder Público atribui a utilização exclusiva de bem de seu domínio a um particular para que a explore por sua conta e risco, segundo sua específica destinação. O que caracteriza a concessão de uso e a distingue dos institutos assemelhados – autorização e permissão de uso – é o caráter contratual e estável



Fone/Fax.: (51) 3651-1744 - E-mail: juridico@saojeronimo.rs.gov.br

Home Page: www.saojeronimo.rs.gov.br

CNPJ 88.117.700/0001-01 - Rua Cel. Soares de Carvalho, 558 - São Jerônimo - RS



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO

da utilização do bem público, para que o particular concessionário o explore consoante sua destinação legal e nas condições convencionadas com a Administração concedente”.

E continua:

“A concessão pode ser remunerada ou gratuita, por tempo certo ou indeterminado, mas deveria ser sempre precedida de autorização legal e, normalmente, de licitação para o contrato”.

No caso em tela por se tratar de uso exclusivo, é evidente que desnecessário é a licitação.

Não se deve confundir a concessão gratuita de uso com o comodato, pois são institutos diferentes e sujeitos a normas diversas.

O comodato é contrato de direito privado, impróprio e inadequado para a atribuição de uso especial de bem público a particular, em seu lugar deve ser sempre adotado a concessão de uso (ob. cit. págs. 321).

Ademais o Comodato está previsto nos artigos 579 e ss do CC 2002, como a entrega de coisas não fungíveis para uso gratuito. No direito administrativo esse instituto encontra seu sucedâneo na concessão de uso não remunerado, regido pelo direito público e com as características próprias do contrato administrativo. Por isso a Administração Pública não deve utilizar-se do comodato quando dispõe, para o mesmo fim, da concessão gratuita de uso.

Por tudo quanto foi exposto, solicito a Vossa Excelência, a apreciação do Projeto de Lei com certa urgência.

Sendo o que tinha para o momento, renovo meus protestos de estima e consideração.

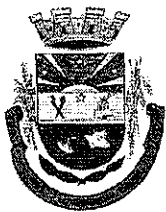
Atenciosamente,


Marcelo Luiz Schreinert,
Prefeito Municipal.

Fone/Fax.: (51) 3651-1744 - E-mail: juridico@saojeronimo.rs.gov.br

Home Page: www.saojeronimo.rs.gov.br

CNPJ 88.117.700/0001-01 - Rua Cel. Soares de Carvalho, 558 - São Jerônimo - RS



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO

PROJETO DE LEI Nº 90 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

ESTABELECE CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO, ASSOCIAÇÃO RINCÃO CORRÊA/MORRINHOS CENTRO.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e é sancionada a seguinte Lei, na forma da Lei Orgânica em vigor:

Art. 1º - Fica autorizado o Executivo Municipal a conceder o uso bens públicos a Associação Rincão Corrêa/Morrinhos Centro.

Art. 2º - Os equipamentos objeto da concessão prevista no caput do artigo 1º, consiste, a saber:

- 01 – Trator – Marca: John Deere – Série: 1BM5303XTB0091481 – Patrimônio: 006806;
- 01 – Carreta Longa – Marca: IBL – Série: 136252 – Patrimônio: 000824;
- 01 – Roçadeira – Marca: Netz;
- 01 – Carroção – Marca – Becker – Série: 13739 – Patrimônio: 004988;
- 01 – Arado – Marca: IBL – Série: 124043 – Patrimônio: 005011;
- 01 – Arado – Marca: IBL;
- 01 – Arado – Marca: Tatu – Série: 07925365 – Patrimônio: 004983;
- 01 – Grade – Marca: Piccin – Série: 09106977- Patrimônio: 005719;
- 01 – Grade – Marca: Piccin – 28 Folhas – Série: 1618001 – Patrimônio: 004985;
- 01 – Subsolador – Marca: IBL – Patrimônio: 004984.

Art. 3º - A concessão será de um ano a contar da publicação desta lei.

Art. 4º - A concessão será formalizada através de contrato de concessão prorrogável por mais um ano, se assim entender o Poder concedente, o qual consta no ANEXO I desta lei.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

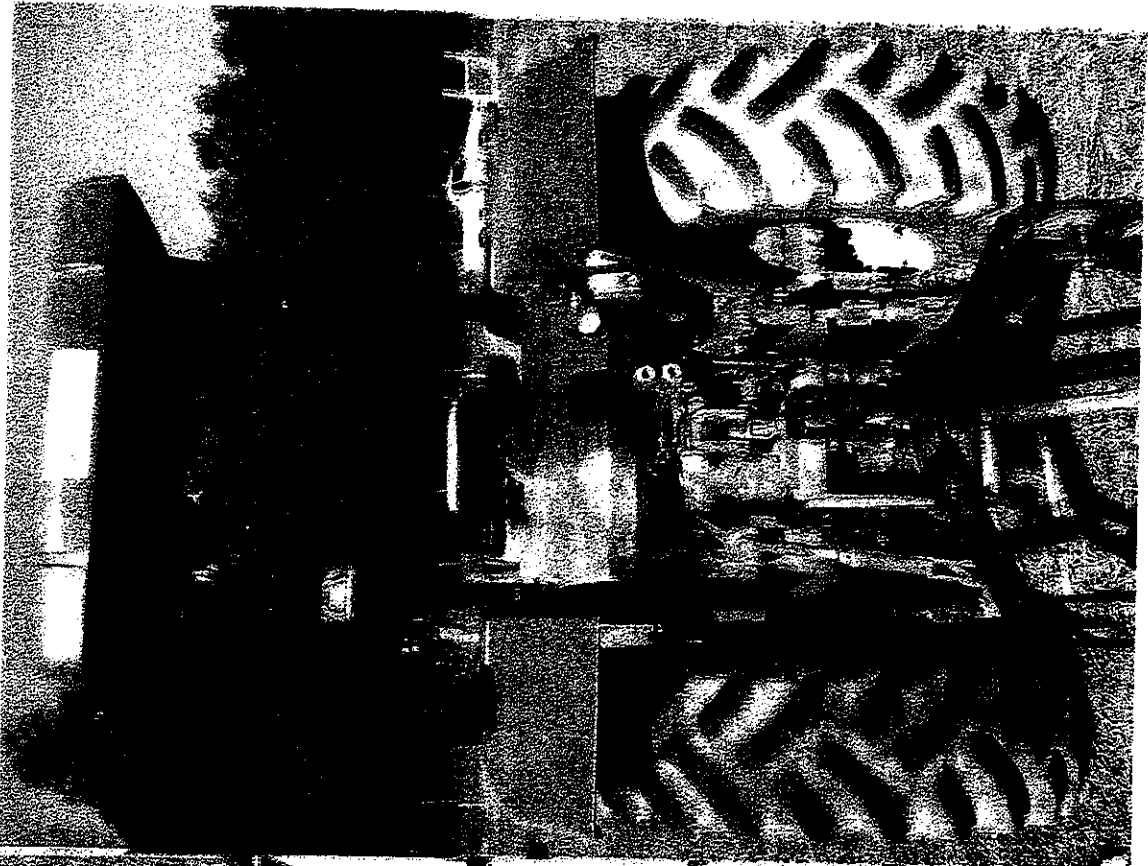

Marcelo Luiz Schreinert,
Prefeito Municipal.

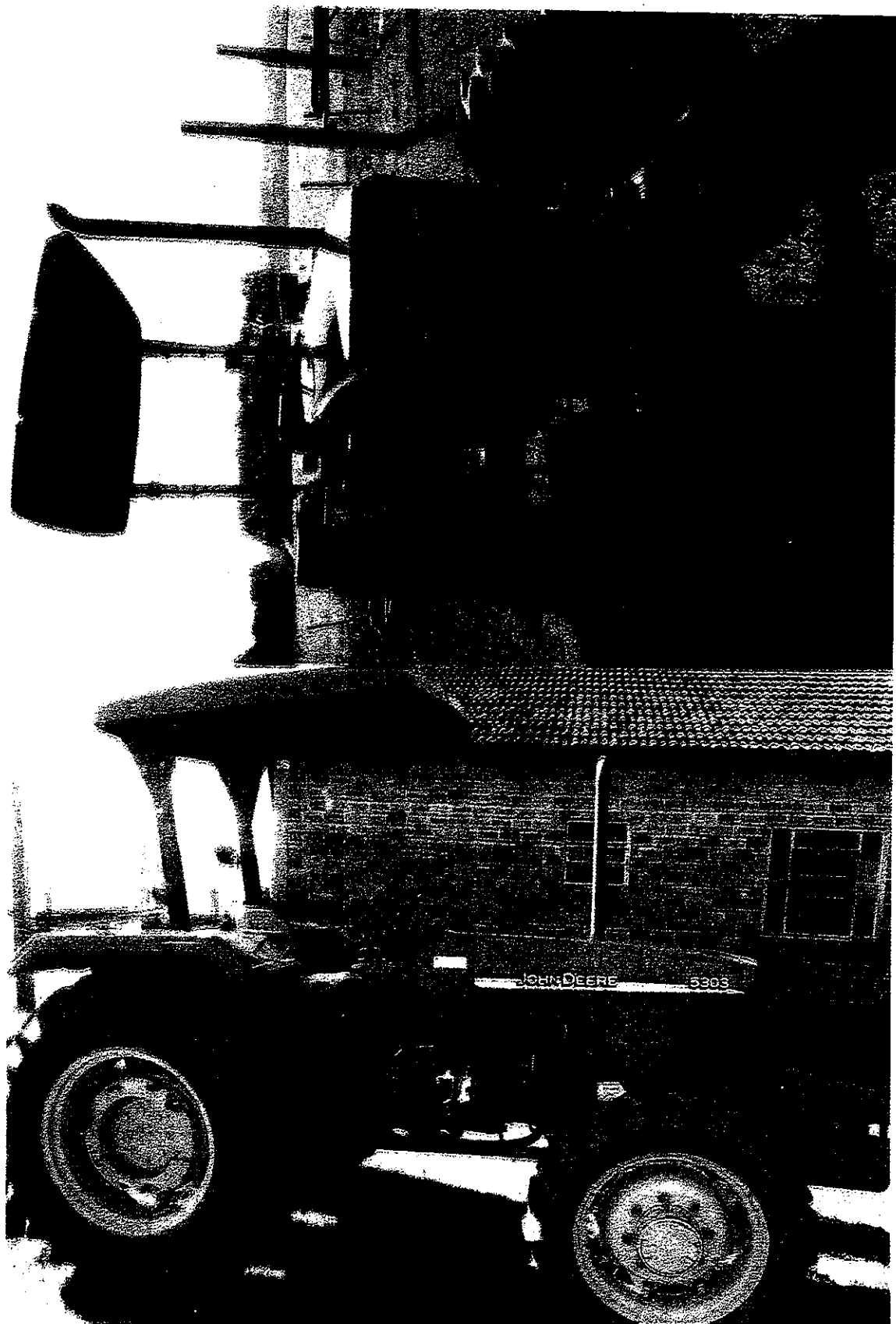
JOECS

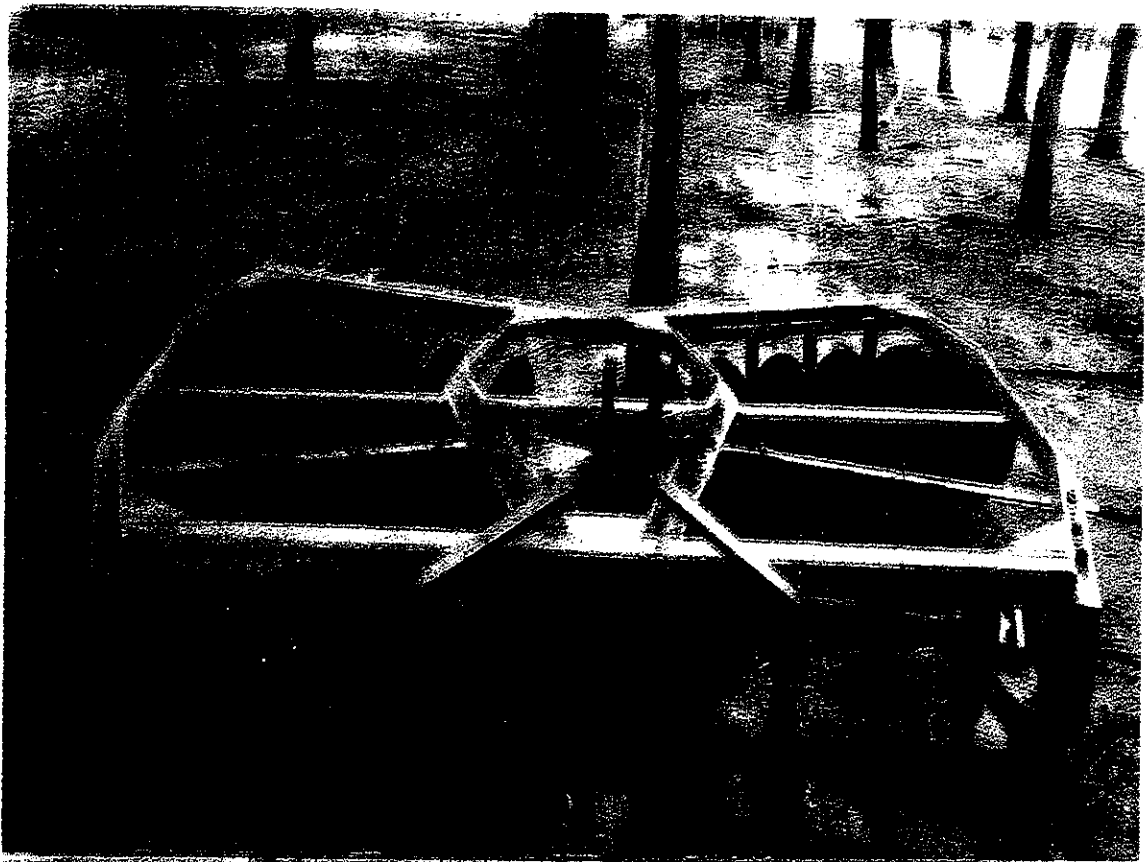
Associação: Rincão dos Corrêa/ Morrinhos Centro

01 – trator	Marca: John Deere	
Séria: 1BM5303XTB0091481		Patrimônio: 006806
01 – Carreta Longa	Marca: IBL	
Séria: 136252		Patrimônio: 000824
01 – Roçadeira	Marca: Netz	
Séria: ?		Patrimônio: ?
01 – Carroção	Marca: Becker	
Séria: 13739		Patrimônio: 004988
01 – Arado	Marca: IBL	
Séria: 124043		Patrimônio: 005011
01 – Arado	Marca: IBL	
Séria: ?		Patrimônio: ?
01 – Arado	Marca: Tatu	
Séria: 07925365		Patrimônio: 004983
01 – Grade	Marca: Piccin	
Séria: 09106977		Patrimônio: 005719
01 – Grade	Marca: Piccin	28 Folhas
Séria: 1618001		Patrimônio: 004985
01 – Subsolador	Marca: IBL	
Séria: ?		Patrimônio: 004984

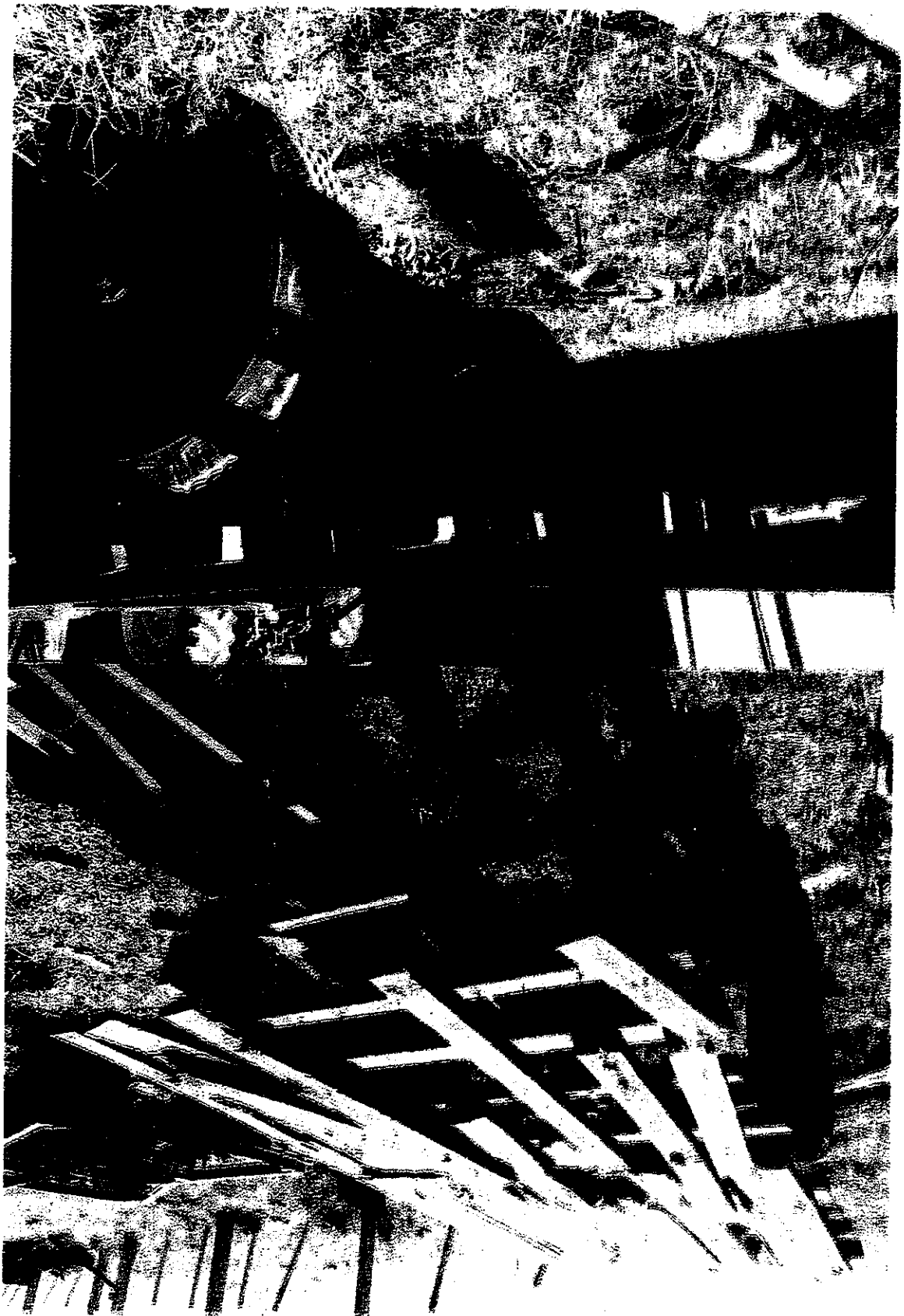
OBS: Trator John Deere em bom estado tendo que verificar o Carter e vazamento hidráulico, Carreta largo IBL aro e pneu é da comunidade, Carroção arrumar a parte de madeira, Arado IBL sem condições de uso os demais regular e em bom estado de conservação

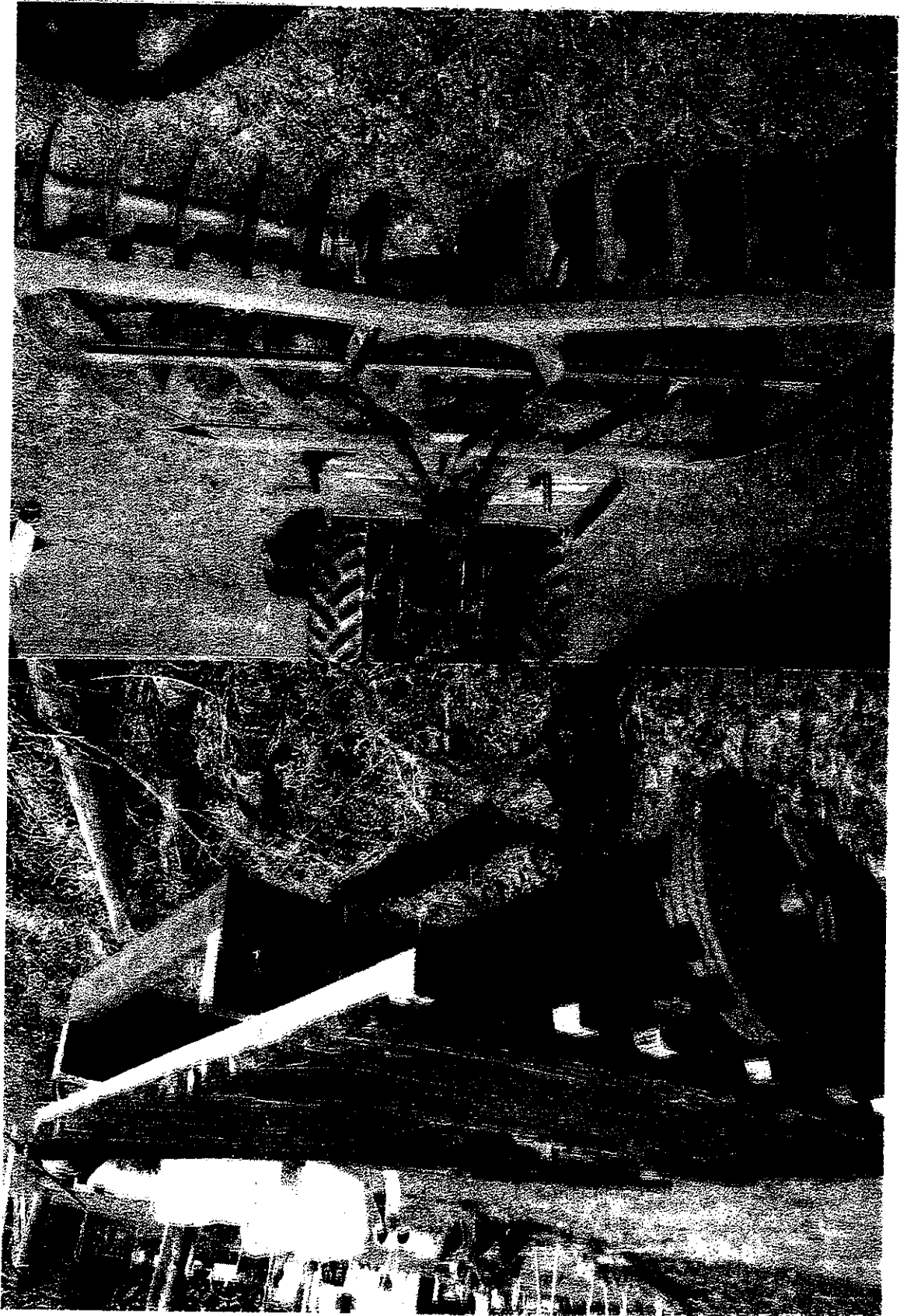


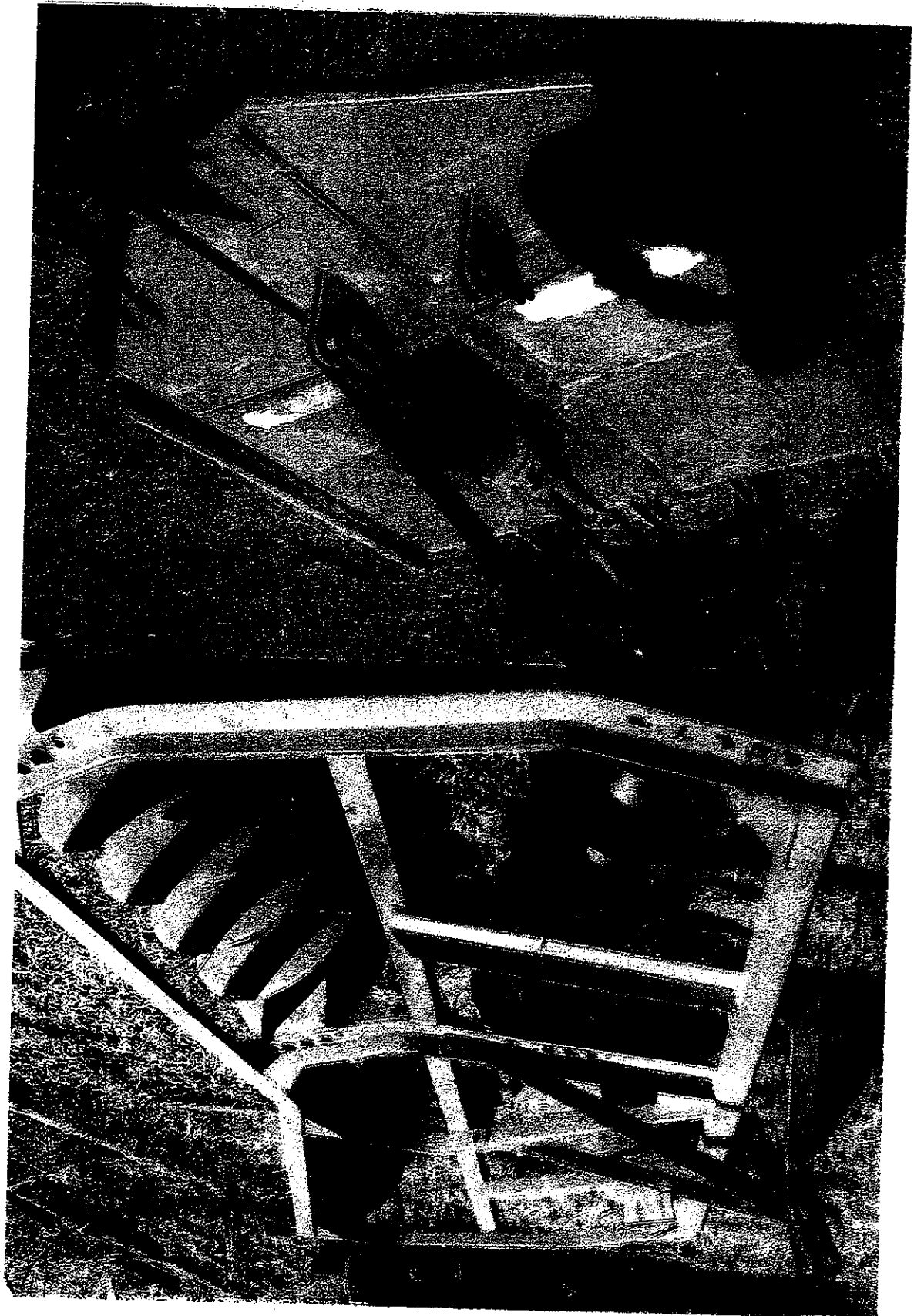


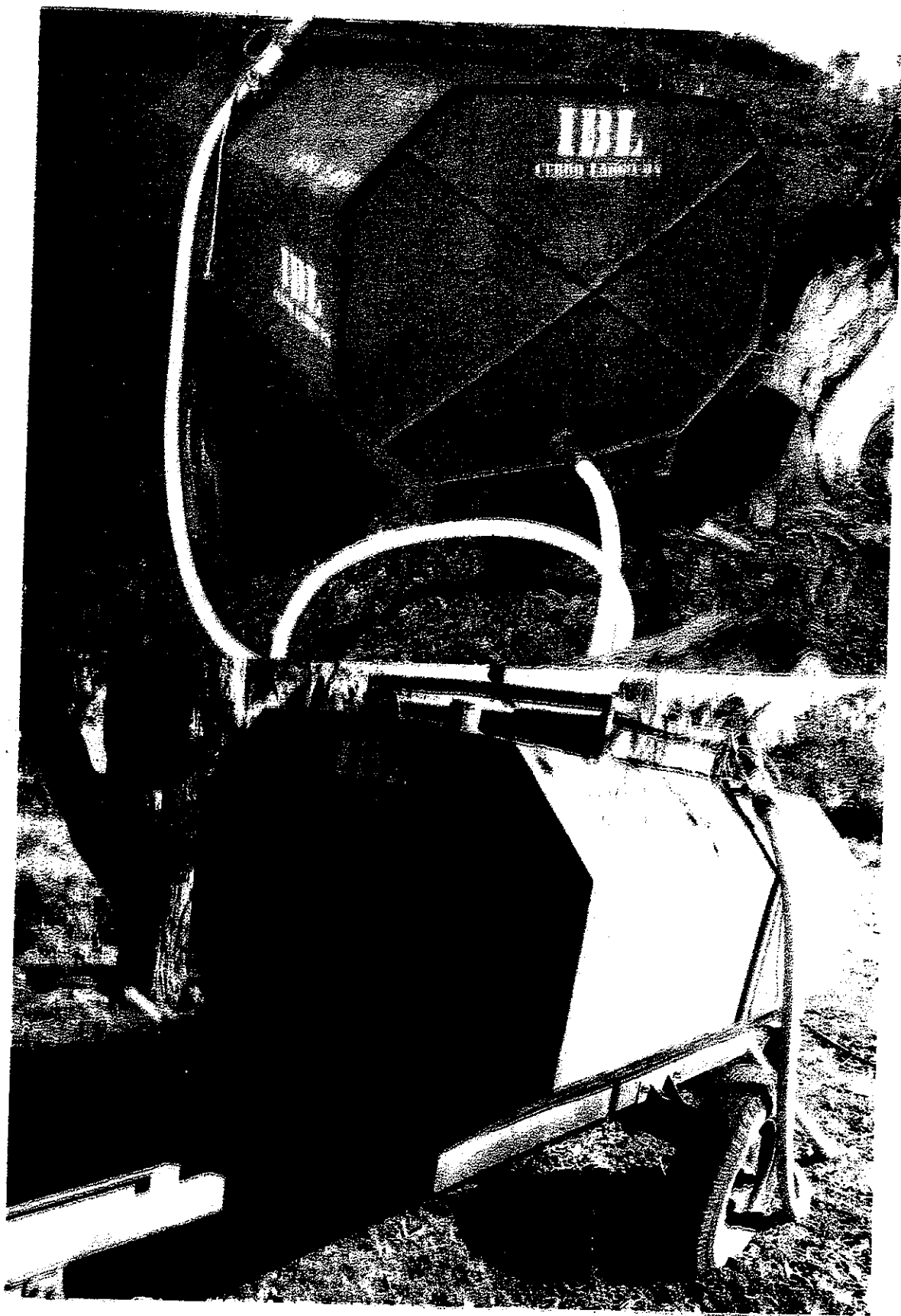


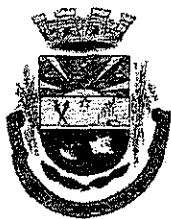












Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO

CONTRATO DE CONCESSÃO GRATUITA DE BEM PÚBLICO

MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO/RS, inscrito no CNPJ sob nº 88.117.700/0001-01, centro de São Jerônimo / RS, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **MARCELO LUIZ SCHREINERT**, brasileiro, casado, CIC nº 41214420087, RG nº 2015625862, residente e domiciliado em São Jerônimo / RS, a seguir denominado de **CONCEDENTE**, e com interveniência do **SECRETÁRIO MUNICIPAL DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE** de agora em diante denominado, **CONCEDENTE** e de outro lado a **ASSOCIAÇÃO** _____, inscrito no CNPJ sob nº _____ representado por seu presidente abaixo firmado, a seguir denominado de **CONCESSIONÁRIA**, têm entre si acertado as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Trata-se o presente contrato de concessão de equipamento de propriedade do Município de São Jerônimo, a Associação _____.

a) _____

b) _____

c) _____

CLÁUSULA SEGUNDA -

Declara a Concessionária receber o equipamento acima em perfeitas condições de uso.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

O prazo da concessão é de um ano, a contar da publicação da lei nº _____, podendo ser prorrogado por mais um ano, caso entenda oportuno e conveniente o Poder Concedente.

CLÁUSULA QUARTA – DA MANUTENÇÃO

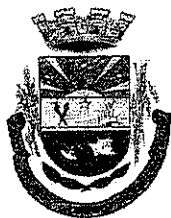
A manutenção do equipamento elencado na cláusula primeira, é de inteira responsabilidade da Concessionária. Entendendo-se como manutenção como o abastecimento de combustível, conservação e conserto do equipamento. Eventuais peças que sofrerem avaria também será de responsabilidade da concessionária.

CLÁUSULA QUINTA- DAS RESPONSABILIDADES CÍVEL, TRABALHISTA, PENAL E TRIBUTÁRIA.

Qualquer contratação para operar o equipamento é de inteira responsabilidade da Concessionária, incluindo-se neste ponto a responsabilidade trabalhista.

Também, é de responsabilidade da Concessionária responder por qualquer dano causado, na operação do equipamento, não só na área cível quanto na penal.

Os tributos eventualmente incidente sobre o equipamento, que permita sua circulação, previsto no Código Nacional de Trânsito, é de responsabilidade da Concessionária.



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO

CLÁUSULA SEXTA – DA LIMITAÇÃO DO USO DO EQUIPAMENTO.

O uso do equipamento, objeto da Concessão, restringe-se aos Associados da Concessionária.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RELATÓRIOS.

A cada dois meses, deverá ser entregue um Relatório pormenorizado das atividades realizadas com o equipamento, objeto da Concessão. Tais relatórios, deverão ser entregues diretamente ao Secretário Municipal da Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, que os repassará ao Executivo Municipal e à Assessoria Jurídica.

Para dirimir quaisquer questões, decorrentes da execução da presente Concessão que não possam ser resolvidas pela intermediação administrativa, fica eleito o Foro da Comarca de São Jerônimo/RS.

E por estarem acertados firmam o presente Contrato em 03(três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais pretendidos.

São Jerônimo, -- de ----- de 2014.

MARCELO LUIZ SCHREINERT
PREFEITO MUNICIPAL

ERI LEHER DUARTE
SECRETÁRIO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE

ASSOCIAÇÃO -----

Testemunhas 1-

2-